

## TEXTOS LITERÁRIOS CONTRA-HEGEMÔNICOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA.

Rosane Rodrigues da Silva <sup>1</sup>

Rogério Mendes de Lima <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho, surge do questionamento em relação ao conteúdo dos materiais didáticos utilizados no ensino de Língua Inglesa, que em sua maioria ignoram as proposições das leis e dos pareceres que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena mantendo uma linha pedagógica eurocêntrica e descolada da experiência dos estudantes. O referencial teórico do trabalho considera, em particular, a perspectiva intercultural crítica, que questiona os padrões hegemônicos das estratégias pedagógicas e dos currículos influenciados pelas diversas dimensões da colonialidade, que tem na hierarquização racial um de seus elementos chave. A partir disso, questiona-se sobre de que forma textos literários contra-hegemônicos podem contribuir nas estratégias para a implementação de uma educação antirracista. Pretende-se investigar como docentes de Língua Inglesa percebem a inserção das proposições da legislação em suas aulas, e construir um curso para docentes de Língua Inglesa que tenha como tema a possibilidade de uma educação antirracista. Como instrumentos de geração de dados serão utilizados no primeiro momento, a aplicação de um questionário on-line no ato da inscrição para o minicurso a ser realizado como segunda etapa. A análise do questionário, ainda em fase inicial de aplicação, indica que as aulas de Inglês têm sido tradicionalmente centradas na cultura e na história dos países do referido idioma, com uma ênfase mínima na diversidade étnico-racial. A pesquisa é de cunho qualitativo com elementos da pesquisa-ação sendo o grupo alvo, os docentes de Língua Inglesa que atuam no Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro. Espera-se com esse estudo, contribuir para que os docentes de Língua Inglesa do Ensino Médio, possam em suas aulas abordar a temática racial e implementar a Lei 10.639/03 com o intuito de minimizar na sociedade o racismo estrutural e todas as suas violentas implicações.

**Palavras-chave:** Literatura contra-hegemônica, Lei 10639/03, Educação antirracista

---

<sup>1</sup> Mestranda do Mestrado Profissional em Práticas da Educação Básica do Colégio Pedro II -RJ, [rosaners84@gmail.com](mailto:rosaners84@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Mestrado Profissional em Práticas da Educação Básica do Colégio Pedro II- RJ, [mendeslimacp2@gmail.com](mailto:mendeslimacp2@gmail.com)

## **Introdução**

As últimas décadas têm testemunhado o crescimento dos estudos e das ações pedagógicas que questionam a hegemonia dos padrões desenvolvidos na modernidade capitalista, o que vem trazendo para os meios acadêmicos as perspectivas de mundo e as lutas de diferentes povos que desde o século XVI vêm se opondo à dominação colonial, representada principalmente pelo colonialismo e pela colonialidade, elementos centrais para o desenvolvimento e a sustentação da modernidade capitalista.

Essa dominação que se impõe tanto sobre a vida material quanto sobre a subjetividade, se difunde pelas sociedades a partir da expansão e das invasões e domínio europeu sobre os demais continentes. Nesse sentido, mesmo após o fim da colonização, suas estruturas afetam diferentes dimensões da vida social, entre elas a educação.

Nesse contexto, o ensino de Língua Inglesa no Brasil, por muito tempo, tem sido marcado por uma perspectiva eurocêntrica, desconsiderando a diversidade cultural do país e se tornando um instrumento para a difusão de valores hegemônicos, tanto nas estratégias pedagógicas, quanto nos materiais didáticos utilizados em aulas na escola básica e em cursos livres. Dessa forma, elementos das culturas latino-americanas e africanas têm pouco espaço nessas aulas, o que muitas vezes torna o ensino de Inglês um aprendizado desconectado da realidade dos estudantes.

Os dispositivos legais que tornam obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e Indígena nas escolas, (Leis 10.639/2003 e 11.6455/2008) representam ao mesmo tempo uma conquista e um desafio. Uma conquista porque essas leis são resultado de um longo processo de mobilização social e de debates acerca da importância de reconhecer e valorizar a contribuição dos povos originários, africanos afro-brasileiros para a formação da identidade nacional. A lei foi fruto de intensas lutas dos Movimentos Negro e indígena, que desde as primeiras décadas do século XX vinham reivindicando o reconhecimento de suas histórias e culturas e denunciando o racismo presente nas estruturas e relações sociais da sociedade brasileira e que muitas vezes foi relativizado pelas elites econômicas e intelectuais.

No campo da educação essas leis representam um avanço significativo na luta por uma educação contra-hegemônica e antirracista. Contudo, um dos desafios é encontrar formas de transformar a partir das ações pedagógicas e dos currículos, o contexto de formação nas escolas de modo a tornar efetiva as propostas oriundas dessas lutas. Buscando contribuir com esse debate e com as ações necessárias para a construção de uma educação comprometida com as transformações sociais necessárias para o desenvolvimento de outras estruturas e relações sociais, o presente artigo, recorte uma pesquisa de Mestrado, apresenta os resultados de uma investigação de como docentes de Língua Inglesa percebem a inserção dessas temáticas em suas aulas e como textos literários contra-hegemônicos podem contribuir para a construção de uma educação antirracista.

### I. Metodologia

A pesquisa é qualitativa com elementos da pesquisa-ação, pois consideramos a perspectiva metodológica mais adequada para um tipo de pesquisa em que se tem a intenção de contribuir para uma transformação social, considerando a pesquisa-ação como uma metodologia de investigação que combina a pesquisa com a prática, sendo utilizada principalmente em contextos educacionais. Ademais, a pesquisa-ação envolve a reflexão crítica sobre as práticas cotidianas com o objetivo de melhorá-las. Ela é um ciclo contínuo de planejamento, ação, observação e reflexão, no qual o pesquisador geralmente o próprio praticante (como um professor), atua de forma ativa no processo de mudança e melhoria. A pesquisa-ação deve ser participativa e colaborativa, promovendo a interação entre pesquisadores e praticantes, o que resulta em um processo de aprendizado compartilhado.

O público-alvo são os professores de Língua Inglesa da cidade do Rio de Janeiro, que lecionam em turmas de Ensino Médio. A análise e coleta de dados se dará em dois momentos. Primeiramente, por meio de um questionário enviado de forma on-line a professores de Língua Inglesa, e após através de um curso de extensão que se dará de forma EAD, com pelo menos quatro encontros onde pretende-se apresentar a lei 10.639/03 e sua importância no contexto educacional., discutir como o ensino de Inglês é marcado pela colonialidade, principalmente na produção e uso dos materiais didáticos, apresentar o conceito de literatura contra-hegemônica e suas possibilidades., refletir sobre a literatura como recurso pedagógico nas aulas de língua inglesa e finalmente elaborar

atividades, de forma colaborativa, para aulas de Inglês a partir de textos literários contra-hegemônicos.

## II. Bases teóricas da Investigação.

A modernidade capitalista é o modelo hegemônico de sociedade que emerge a partir dos processos sociais, culturais e históricos que marcam a expansão e a dominação europeia sobre os demais continentes e povos, em especial a invasão do continente americano e a diáspora das populações negras africanas a partir do século XVI. Nesse aspecto, Quijano (2005) afirma que a primeira base para construção dessa dominação foi a criação de uma hierarquia baseada na ideia de raça. Ainda que não possamos afirmar que essa classificação não existisse em outros povos, no processo de colonização ela ganha uma nova perspectiva na medida em que:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América<sup>4</sup>. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (Quijano, 2005, p. 117)

Como diz o saudoso sociólogo peruano, as relações sociais que são construídas a partir dessa ideia faz surgir categorias, nomes e formas de classificação inteiramente novas: negros, índios e mestiços são alguns dos modos de categorizar seres humanos a partir da cor de sua pele e de suas características fenotípicas. Categorização que partindo do branco europeu como modelo ideal de humanidade, pôs todos os demais povos em condição de inferioridade dentro de uma estrutura de dominação material e subjetiva (Mignolo, 2017) que submete povos inteiros ao que diferentes autores denominam de colonialidade.

A colonialidade, conceito criado por Quijano para identificar as formas de dominação que se perpetuam nas sociedades latinas mesmo após o fim da colonização, consiste num legado do colonialismo e que mantém as estruturas construídas historicamente durante a dominação europeia, mesmo que sob nova roupagem ou com outros atores no papel de dominadores.

Isso ocorre porque mais que um período histórico, a colonização é parte indissociável da criação de uma nova estrutura de dominação, a modernidade capitalista que tem como base a hierarquização racial, uma nova forma de organização da economia e uma nova divisão do trabalho onde a Europa passa a ter o controle material e subjetivo das narrativas e das estruturas de poder. As diferentes dimensões da colonialidade (Poder,

ser, saber e cosmogônica) apontam para a imposição objetiva e subjetiva de uma estrutura que é assimilada pelos sujeitos de diferentes maneiras.

Exerce papel central nessa construção o que chamamos de eurocentrismo, uma forma de difusão de valores, padrões de comportamento e visões de mundo que têm a Europa Ocidental como modelo. Assim, a organização das estruturas econômicas e de poder (colonialidade do poder), dos modos de reconhecer como sujeito e desenvolver suas identidades (colonialidade do ser), das formas reconhecidas de conhecimento e saberes (colonialidade do saber) e da relação dos seres humanos com a natureza é marcada pela influência dominante das visões da Europa capitalista, o que resulta em manutenção das relações sociais vigentes no processo de colonização.

Este texto e a pesquisa a qual está conectado, se fundamentam na perspectiva intercultural crítica, que questiona os padrões hegemônicos presentes nas estratégias pedagógicas e nos currículos, os quais são influenciados pelas diversas dimensões da colonialidade. Temos, pois a interculturalidade como a perspectiva teórica que

questiona as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, religiosos, entre outros; parte da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (Candau, 2020).

No campo da educação, a adoção da interculturalidade crítica implica em promover novas formas de ação pedagógica que tragam para o cotidiano da sala de aula temas e abordagens que possibilitem aos estudantes compreenderem as relações sociais e de poder que constroem a sociedade em que vivemos e desse modo, contribuindo para o questionamento das estruturas coloniais de poder que ainda regem as formas como organizamos e agimos no mundo.

Nesse cenário é parte necessária da formação docente refletir sobre as próprias práticas adotadas em sala de aula e entender como elas são marcadas pelas diferentes dimensões da colonialidade de modo a produzirmos novas estratégias que avancem em novas direções. Assim, procuraremos na sequência deste texto apontar estratégias de formação para que docentes de língua inglesa possam efetivar a proposta de Lei 10.639/2003 em suas aulas. Cabe ressaltar que a escolha pela questão negra se deve a alguns fatores específicos: O tempo de vigência da lei que leva a um conhecimento maior

de suas propostas; e o alcance da investigação que pretende ter como foco central a perspectiva negra da questão racial.

**Resultados iniciais, a formação de professores e a Lei 10.639/03: um desafio contínuo.**

Para compreender melhor como os docentes de Língua Inglesa do Ensino Médio no Rio de Janeiro têm abordado essas questões, foi aplicado um questionário online. Os resultados preliminares indicam que as aulas de Inglês têm sido tradicionalmente centradas na cultura e na história dos países e grupos hegemônicos. Dessa forma, a linguagem, os exemplos e as vivências cotidianas se espelham, geralmente, em situações típicas das populações brancas europeias ou estadunidenses e ignoram em sua imensa maioria as experiências de outros grupos sociais, mesmo aqueles que têm a língua inglesa como língua materna.

Com base nesses dados, a pesquisa pretende construir um curso para docentes, visando oferecer ferramentas para a implementação de uma educação antirracista. O curso terá como objetivo principal contribuir para que os docentes possam aplicar a Lei 10.639/03 por meio da literatura contra-hegemônica. Essa ação justifica-se por buscar colaborar com a capacitação dos docentes na elaboração de atividades que proponham abordagens antirracistas e das relações étnico-raciais nas aulas de Língua Inglesa

Espera-se que esta proposta auxilie os docentes a aplicarem a lei e suas diretrizes e, além disso, o curso visa proporcionar um espaço para que os participantes compartilhem suas experiências pedagógicas e colaborem na construção de atividades para a implementação do dispositivo legal.

A formação de professores é um dos pilares para a efetiva implementação da Lei 10.639/03, sendo esses de suma importância na mediação do conhecimento e na promoção da reflexão crítica sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. No entanto, Ferreira (2006) aponta que os cursos de formação de professores apresentam uma abordagem distante das reais necessidades dos docentes, classificando essa formação como mais artística ou imitativa do que reflexiva. A autora, com base em suas pesquisas, identificou a falta de conhecimento dos professores de língua inglesa para abordar questões de raça e etnia, o que ela relaciona à insuficiência de preparo durante sua formação acadêmica. Ainda que muitos anos tenham se passado desde então, os dados obtidos na fase inicial da pesquisa apontam que as/os docentes ainda relatam que a legislação é pouco trabalhada nos cursos de formação.

Além disso, as pesquisas evidenciaram que a formação desses profissionais tende a priorizar, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades técnicas. Colaborando com essas pesquisas e analisando as respostas iniciais do questionário aplicado especificamente a professores de Inglês que atuam no Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro, as informações obtidas à pergunta “Qual formação você recebeu para o trabalho com a história e cultura afro-brasileira?” revelam uma lacuna preocupante na formação dos profissionais de educação, sobretudo no que tange à implementação efetiva dessa legislação no contexto educacional.

Das nove respostas coletadas, cinco indicam a ausência total de formação específica para o trabalho com a temática afro-brasileira. Os respondentes indicam que o conhecimento adquirido sobre o tema foi fruto de suas iniciativas pessoais, o que pode refletir uma falha nas políticas educacionais e nos currículos das universidades que, em sua maioria, podem não incluir de maneira sistemática e obrigatória disciplinas voltadas para a história e cultura afro-brasileira. A formação docente deveria incorporar esses conteúdos de forma abrangente, a fim de capacitar os educadores para uma abordagem crítica em suas práticas pedagógicas.

Outras respostas indicam que a formação com essa temática ocorreu de forma esporádica, por meio de disciplinas eletivas na faculdade ou de alguns cursos de extensão e eventos. Esse tipo de formação, embora positiva, tende a ser superficial, muitas vezes restrita a um grupo de interessados que já possuem afinidade com a temática. O ideal seria que esse conhecimento fosse parte integrante e obrigatória da formação de todos os professores, não apenas uma escolha opcional. O fato de alguns educadores buscarem formação continuada em cursos de pós-graduação ou em eventos extracurriculares demonstra uma disposição em se qualificar, mas também evidencia que esse não é o padrão esperado na formação inicial.

Um caso específico que se destaca nas respostas é o de um docente que já cursou uma especialização e está fazendo pós-graduação em relações étnico-raciais. Embora esse perfil represente uma exceção entre os que responderam ao questionário, ele aponta para a existência de caminhos acadêmicos focados na temática racial. Entretanto, a acessibilidade a esses cursos ainda é limitada e não atinge a maioria dos profissionais, o que reforça a necessidade de uma formação inicial mais sólida e abrangente.

A falta de formação consistente sobre a história e cultura afro-brasileira impacta diretamente a capacidade dos professores de trabalharem com esses temas em sala de aula de forma crítica e transformadora. Tal fato pode perpetuar a invisibilidade da contribuição

negra na formação da sociedade brasileira e impedir que os estudantes, sobretudo os negros, vejam suas identidades valorizadas no ambiente escolar. É urgente que as instituições formadoras e os sistemas educacionais garantam que a formação sobre a história e cultura afro-brasileira seja integrada aos currículos de maneira sistemática, a fim de construir uma educação antirracista e verdadeiramente inclusiva.

Podemos concluir que as respostas podem apontar para uma insuficiência de formação sobre a temática afro-brasileira nos cursos de licenciatura e nos processos de formação continuada. Embora haja professores que busquem, por conta própria, adquirir conhecimentos, essa não deveria ser uma responsabilidade individual, mas sim uma política institucionalizada e promovida pelos cursos de formação inicial e pelas políticas públicas educacionais. A implementação plena da Lei 10.639/03 depende de um comprometimento maior das universidades e dos órgãos responsáveis pela formação docente para preparar adequadamente os educadores para essa importante tarefa.

Essa formação torna-se de suma importância no sentido que permite que os professores desconstruam seus próprios preconceitos e estereótipos, tornando-os mais sensíveis às questões raciais. É fundamental que os professores tenham um conhecimento aprofundado sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena para poder transmiti-lo de forma clara e objetiva aos seus alunos. Cavalleiro (2001) defende que a escola ocupa uma posição central na criação de iniciativas e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas ao reconhecimento e respeito pelas diferenças raciais. A autora também destaca a relevância do comprometimento dos educadores em promover uma educação antirracista, bem como na valorização dessas diferenças:

na educação antirracista o reconhecimento positivo da diversidade racial, bem como a preocupação com as desigualdades na sociedade brasileira necessariamente impele professores e professoras a escolher material didático e de apoio que contemple a diversidade racial da sociedade” (Cavalleiro p.157, 2001).

A falta de tempo e recursos é um dos desafios enfrentados por muitos professores, que já possuem uma carga horária extensa e encontram dificuldades para participar de atividades de formação continuada. Outro obstáculo é a ausência de materiais didáticos adequados e atualizados.

Para superar esses desafios, algumas estratégias podem ser adotadas. A formação inicial e continuada dos professores deve incluir conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena, sendo oferecida de forma regular e acessível a todos. É igualmente necessário investir na produção de materiais didáticos, que abordem esses

temas de maneira clara, objetiva e contextualizada. A criação de redes de apoio entre professores também se apresenta como uma solução, facilitando o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de projetos colaborativos. Além disso, o incentivo à pesquisa sobre a implementação da lei e a produção de conhecimento sobre as melhores práticas pedagógicas são medidas fundamentais para a melhoria da formação de professores.

### **A Literatura contra-hegemônica como ferramenta pedagógica e a importância de se trabalhar com escritoras negras.**

A literatura contra-hegemônica desempenha um papel essencial na descolonização dos currículos e na promoção de uma educação antirracista. Ao destacar vozes marginalizadas e apresentar diferentes perspectivas, ela desafia os cânones literários tradicionais, que por muito tempo privilegiaram autores brancos, homens e europeus. No contexto das aulas de Língua Inglesa, a utilização de obras de autoras negras brasileiras, estadunidenses e africanas é especialmente relevante.

A desconstrução de estereótipos e a construção de novas identidades são objetivos centrais da adoção dessas obras. Elas oferecem visibilidade às experiências negras, proporcionando uma representação mais autêntica e complexa, desafiando estereótipos negativos e simplistas difundidos pela cultura popular. Além disso, essas obras promovem o empoderamento e reconhecimento, permitindo que estudantes negros se identifiquem com personagens e histórias que refletem suas próprias vivências, o que contribui para o aumento da autoestima e senso de pertencimento. A literatura contra-hegemônica também facilita a descolonização do olhar, encorajando os estudantes a questionarem padrões de beleza, sucesso e felicidade impostos pela cultura dominante, desenvolvendo uma visão mais crítica e autônoma sobre si mesmos e o mundo ao seu redor.

Outro aspecto importante é a reflexão sobre o papel da mulher negra na sociedade. As obras dessas autoras trazem visibilidade às experiências e lutas das mulheres negras, historicamente marginalizadas. Elas desafiam diversas formas de opressão, como racismo e sexismo, ao tratar de temas como interseccionalidade, e convidam os estudantes a refletirem sobre essas questões e buscarem estratégias de enfrentamento. O empoderamento feminino também é uma temática recorrente, com protagonistas que frequentemente são mulheres fortes e resilientes, inspirando outras mulheres a lutarem por seus direitos.

A crítica ao cânone literário ocidental também é fundamental e ao incluir obras de autoras negras no currículo, os professores ampliam o repertório literário dos estudantes, evidenciando a pluralidade da literatura e mostrando que ela não é homogênea. A literatura contra-hegemônica questiona os valores e normas estabelecidas pelo cânone ocidental, promovendo uma visão mais crítica e reflexiva sobre cultura e sociedade. Além disso, a inclusão dessas obras contribui para a descolonização do conhecimento, tornando o currículo mais representativo e inclusivo.

Alguns exemplos importantes de autoras negras incluem, no Brasil, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus; nos Estados Unidos, Toni Morrison, Maya Angelou e Alice Walker; e na África, Chimamanda Ngozi Adichie e Buchi Emecheta. Essas escritoras revolucionaram a literatura ao trazer para o centro da narrativa personagens e histórias de mulheres negras, historicamente marginalizadas. Elas desafiaram estruturas de poder, questionaram o racismo, o colonialismo e o patriarcado, e suas obras continuam a inspirar movimentos por justiça social, igualdade de gênero e emancipação racial. Além disso, cada uma delas não só contribuiu para uma maior visibilidade das culturas e experiências afrodescendentes e africanas, mas também trouxe novas formas de contar histórias, criando espaços para vozes que foram silenciadas por séculos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo destaca a importância de um comprometimento institucional e político para a efetiva implementação da Lei 10.639/03, de modo a garantir uma educação antirracista que valorize a história e cultura afro-brasileira. Os desafios enfrentados pelos professores, como a falta de formação específica, tempo e recursos, revelam a urgência de reestruturar os currículos dos cursos de formação inicial e continuada, integrando de forma sistemática e obrigatória conteúdos sobre relações étnico-raciais.

A pesquisa indica que, embora alguns educadores busquem por conta própria adquirir conhecimentos sobre o tema, essa responsabilidade deve ser compartilhada por políticas públicas educacionais que priorizem a capacitação docente nesse campo. A formação contínua é crucial para colaborar na desconstrução de preconceitos e estereótipos, promovendo uma educação que reflita a diversidade e enfrente as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Assim, a implementação efetiva da Lei 10.639/03 depende não apenas da formação de professores, mas também do fortalecimento de redes de apoio e da produção contínua de conhecimento sobre as melhores práticas pedagógicas voltadas à educação antirracista. Além disso, é essencial criar materiais didáticos que abordem essas temáticas de forma crítica e contextualizada.

O conceito de contra-hegemonia, que guia esta pesquisa, não apenas questiona as narrativas dominantes, mas também busca substituir as abordagens pedagógicas tradicionais por alternativas que reflitam as realidades e vivências dos grupos historicamente marginalizados. O texto ressalta a relevância da literatura contra-hegemônica como uma ferramenta poderosa na construção de uma prática pedagógica antirracista, sugerindo que o uso de textos literários pode contribuir para transformar a sala de aula em um espaço de reflexão crítica e inclusão, onde as identidades dos estudantes, sobretudo os negros, sejam valorizadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Lei Federal n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020. Acesso em: 18 out.2024.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001, p. 141-160.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Formação de professores de língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol das práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. Línguas & Letras, v. 7, n. 12, p. 171-187. 2006. Acesso em: 18 out.2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO. 2005. p. 117-142.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade, o lado mais obscuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo. 2017. p. 1-18. Acesso em: 17 out.2024.

.